

O DESEMBARQUE PESQUEIRO NA REGIÃO DE TEFÉ, AMAZONAS, BRASIL

Danielle Sequeira Garcez e Caroline Chaves Arantes

Monitorar o desembarque pesqueiro em um município é uma atividade extremamente importante para obter informações básicas sobre estatística e biologia pesqueira das espécies de peixes comercializadas. Além disto, os dados indicam os principais locais, tipos de embarcações, aparelhos de captura, número de pescadores envolvidos e a magnitude do esforço de pesca. Um acompanhamento contínuo ao longo do ano, da composição e abundância das espécies de peixes desembarcadas, gera conhecimentos acerca da sazonalidade na atividade de pesca, determinada pelo ciclo hidrológico. Este, nas várzeas amazônicas, promove mudanças na abundância e na distribuição das espécies de peixes.

Devido a esta importância, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) iniciou em 1991, a monitorar o desembarque pesqueiro nos mercados dos municípios de Tefé e Alvarães, e em 2001, Fonte Boa. Diariamente são realizadas entrevistas estruturadas com pescadores, cujo objetivo é registrar informações relacionadas à quantidade, biomassa e biometria de espécies de peixes, assim como características da atividade pesqueira. Estas informações são passadas para bancos de dados geridos pelo Programa de Manejo de Pesca. Um recente diagnóstico destes bancos ressalta a importância na continuidade da coleta de dados e aponta correções e soluções aos problemas atualmente existentes. Um resultado efetivo descrito no diagnóstico são as análises do comprimento médio das principais espécies de peixes desembarcadas no mercado de Tefé no ano de 2005:

Esta informação é uma útil ferramenta para o monitoramento do tamanho desembarcado e comercializado no mercado local, contribuindo na fiscalização das medidas adotadas pela legislação.

De forma geral, o registro da biomassa capturada por localidade fornece informações da pressão sobre as espécies de peixes, por época e ambiente; aspetos sócio-econômicos relacionados ao consumo *percapita* e receita bruta são úteis para reafirmar o peixe como a base protéica da população e inferir sobre os ganhos para o pescador; e dados sobre características das embarcações, custos das jornadas de pesca, permitem avaliar relações de custo-benefício. Portanto, conclui-se que análises dos registros dos monitoramentos de desembarque pesqueiro e biometria servem de base para alertar autoridades e órgãos ambientais, sobre ambientes e recursos pesqueiros sujeitos a maiores intensidades de pesca e capturas de indivíduos abaixo do tamanho mínimo e/ou em períodos de defeso. Conseqüentemente, medidas dirigidas à conservação e adequada exploração dos recursos pesqueiros na região do médio Solimões podem ser geradas e executadas através de sistemas de gestão compartilhada.

Financiamentos: Ministério de Ciência e Tecnologia, ProVárzea/IBAMA, Fundação Moore, Petrobras.



MACACAQUEIRO

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá



PROGRAMA ESSO MAMIRAUÁ PATROCINA A 6ª GINCANA DE MEIO AMBIENTE EM TEFÉ

Ivania Nogueira

No dia 03 de Junho foi realizada a 6ª Gincana de Meio Ambiente promovida pelo Programa de Educação Ambiental do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e patrocinada pela Esso Brasileira de Petróleo, como parte integrante das atividades do programa Esso Mamirauá de Educação Ambiental.

Inscreveram-se sete escolas: Getúlio Vargas (bairro Abial), Frei André da Costa, São José, N. Sra das Graças (comunidade Missão), GM-3, Gov Gilberto Mestrinho e Santa Tereza, envolvendo mais de 3 000 jovens das escolas públicas da cidade de Tefé.

A gincana consistiu de competições de passeio ciclístico com concurso da bicicleta com melhor alegoria sobre a conservação ambiental, concurso de redações com a temática: “*Como podemos contribuir para melhorar nosso bairro?*”, concurso de danças típicas da região, concurso de artesanato produzido com produtos reciclados, concurso da Chegada Maluca e Maratona Intelectual sobre temas ambientais.



A escola premiada em 1º lugar foi a Escola Getúlio Vargas, do bairro do Abial, que recebeu como prêmio um computador e livros para a biblioteca. As demais classificadas, Escola Frei André da Costa (2º lugar) e São José (3º lugar) receberam como prêmios materiais educativos para uso dos alunos na escola.

A participação das escolas iniciou dois meses antes da gincana com o envolvimento dos seus



diretores e dos coordenadores do programa de educação ambiental do Instituto Mamirauá na definição das competições internas e estratégias de organização dos grupos participantes.

A cada ano aumenta o numero de participantes e o grande feito deste ano foi o encaminhamento das melhores redações dos alunos para a comissão que está elaborando o Plano Diretor da Cidade de Tefé - um exercício de cidadania para esses jovens.

As atividades ocorreram no período de 8 às 14 horas, e se concentraram nas dependências do Ginásio da Escola Estadual Deputado Armando de Sousa Mendes (GM-3) no centro da cidade.

A empolgação foi tanta que nem a grande cheia intimidou os 280 alunos da escola Getúlio Vargas do Bairro do Abial, que tiveram que atravessar o Igarapé do Xidarini em pequenas embarcações para chegar ao centro da cidade, nem os 50 alunos da Escola N. Sra. Das Graças, localizada na comunidade da Missão, na área rural de Tefé.

Patrocínio



Ministério da
Ciência e Tecnologia



PESQUISA E
CONSERVAÇÃO DE
ARIRANHAS

AVALIAÇÃO DA
PESCA MANEJADA
DE PIRARUCU

**NESTA
EDIÇÃO**

O MACAQUEIRO EDITORIAL

Esta é uma publicação trimestral do Instituto Mamirauá.
Jornalista Responsável:
Fernando Segtowitz - DRT 1216548
Equipe responsável:
Edilla Moura, Ana Claudeise Nascimento, Thiago Figueiredo e Marco Lopes
Projeto gráfico:
Casa Brazilis Design
Editoração eletrônica:
Casa Brazilis Design
Revisão final:
Edilla Moura
Impressão:
Gráfica Sta. Marta
Tiragem:
2.000 exemplares
E-mail:
omacaqueiro@mamiraua.org.br
Home page:
www.mamiraua.org.br



AVALIAÇÃO DA PESCA MANEJADA DE PIRARUCU NO ANO DE 2005, NAS RDS MAMIRAUÁ E AMANÃ

Danielle Sequeira Garcez

No mês de maio de 2006, integrantes do Programa de Manejo de Pesca promoveram reuniões comunitárias nos setores Jarauá, Tijuaca e Coraci, e também na sede da Colônia de Pescadores Z-32 do Maraã. O objetivo foi discutir com os pescadores os resultados da pesca manejada de pirarucu no ano de 2005, e também avaliar a pesca de tambaqui nas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã. Nestas reuniões, com a participação de 236 pessoas, foram avaliados as dificuldades da pesca e os êxitos alcançados no ano passado. No conjunto de todas as áreas, em 2005, foi contabilizado um total de 565 pessoas envolvidas diretamente na pesca manejada de pirarucu, cuja captura total foi de 4208 indivíduos. Isto foi equivalente a uma produção de 212,7 toneladas de carne, carcaças e línguas comercializadas, gerando um faturamento bruto em torno de R\$776.000,00 para

os pescadores. Buscando a continuidade do sucesso alcançado até então com a pesca manejada de pirarucu, o Programa de Manejo de Pesca, definiu juntamente com os pescadores, alguns critérios que deverão ser aplicados a partir deste ano de 2006. Tais critérios estão voltados ao exercício da pesca de forma responsável e organizada. Além disso, por envolverem comunitários e técnicos, reforça os princípios de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros na área das Reservas.

Os pescadores se mostraram conscientes de seu papel na responsabilidade com a conservação dos recursos naturais e também dispostos a repetir a experiência bem sucedida do ano passado, trazendo pirarucu para ser vendido em feiras em Tefé.

Financiamentos: Ministério de Ciência e Tecnologia, Fundação Moore, CNPq, Petrobras.

APROVADA A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DA RDS MAMIRAUÁ DURANTE A 13ª ASSEMBLÉIA GERAL

Danielle Sequeira Garcez e Caroline Chaves Arantes

Com o objetivo principal de estabelecer um modelo de organização social que melhor representasse a população ribeirinha junto ao governo e à própria sociedade civil, moradores e usuários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), no Amazonas, votaram a favor da criação da Associação Antônio Martins, nome dado em homenagem ao falecido comunitário que idealizava a entidade. A decisão foi tomada durante a 13ª Assembléia Geral da RDSM que aconteceu durante os dias 23, 24 e 25 de março, na comunidade Assunção, setor Ingá.

Para a maioria dos participantes, a associação poderá garantir uma melhor exploração e comercialização dos recursos naturais da reserva através do seu uso sustentável, evitando o desequilíbrio ecológico e socioambiental e aumentando a qualidade de vida da população no local.

“Esta decisão reflete um longo processo no qual os moradores e usuários da Reserva Mamirauá começaram a ter maior consciência não somente sobre seus direitos e deveres como também sobre sua força quando melhor organizados socialmente. No decorrer dos anos, os comunitários vêm-se organizando através da criação de pequenas associações nos seus próprios setores. Atualmente, percebemos que está nascendo a necessidade de uma associação maior para representar todos aqueles que vivem na reserva”, disse Raimundo Marinho, promotor comunitário do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSIM).

“Nenhuma ação de conservação terá sucesso se não for socialmente aceita”
Marcio Ayres

O evento contou com a participação de 85 representantes de 28 comunidades distribuídas nos setores Liberdade, Ingá, Aranapu, Barroso, Tijuaca, Jarauá, Mamirauá e Boa União, além de funcionários do IBAMA, INCRA, Exército Brasileiro e dos institutos de desenvolvimento sustentável Mamirauá (IDSIM) e Fonte Boa (IDS Fonte Boa).

Cada comunidade foi representada por dois moradores que possuíam direito a voto. Uma vez aprovada a associação, os comunitários elegeram Israel Silva (comunidade Ingá) para o cargo de presidente e Afonso Carvalho (comunidade Vila Alencar) para vice-presidente.



Representantes das comunidades aprovam a criação da Associação Antônio Martins durante a 13ª Assembléia Geral dos Moradores e Usuários da Reserva Mamirauá

PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE ARIRANHAS NA RDS AMANÃ

Danielle Lima e Miriam Marmontel



Desde 2004, o Projeto “Onças d’água do Amanã”, vinculado ao Grupo de Pesquisas em Mamíferos Aquáticos, vem desenvolvendo uma pesquisa a respeito de aspectos biológicos da ariranha (*Pteronura brasiliensis*), bem como sua interação com moradores das comunidades situadas na cabeceira do Lago Amanã (RDSA).

A ariranha é uma espécie de lontra que foi extremamente caçada no século passado, devido ao elevado valor da sua pele no mercado europeu. Essa ação levou à redução de populações e à fragmentação de sua distribuição original em toda sua área de ocorrência. Os moradores da RDSA contam que caçadores vindos de outras regiões (principalmente Tefé) também exerciam tal prática na área e, além disso, retiravam filhotes de ariranhas para serem vendidos como animal de estimação. Em virtude disto, a espécie deixou de ser avistada na RDSA por cerca de 20 anos e, apenas recentemente, encontros esporádicos tem ocorrido nos igarapés da cabeceira do Lago.

Para um melhor acompanhamento dos grupos de ariranhas, acampamentos mensais são realizados nos igarapés onde a espécie é encontrada (Igarapés Baré, Juacaca e Urumutum). A equipe concentra seus esforços no monitoramento de um trecho de 166 km de curso d’água, em busca de avistagens de animais e indícios como, por exemplo, fezes, locais e pegadas.

Até o momento já foram catalogados 236 pontos de utilização por ariranha e 17 locais de avistagens de grupos e/ou indivíduos. A visualização dos animais ainda é rara e difícil, principalmente pelo tamanho da área de estudo e a variação no nível da água, o que facilita a dispersão dos animais.

No período da seca, as avistagens tornam-se mais “fáceis” e conseqüentemente os animais ficam mais vulneráveis a impactos de origem humana. No mês de outubro, um filhote de ariranha foi capturado por moradores locais, possivelmente para ser mantido como animal de estimação. Felizmente, o filhote (um macho, que media 114 cm e pesava

4kg) pode ser devolvido ao seu grupo, graças à ajuda e compreensão dos moradores, e ao conhecimento da área de utilização do grupo de origem do animal. O filhote, que foi mantido cativo por três dias, foi aceito pelo grupo, sendo posteriormente monitorado por mais três dias.

O contato com os moradores locais também tem ampliado as informações e contribuído com o desenvolvimento da pesquisa. Nos últimos meses, ariranhas solitárias têm sido observadas por pescadores em outros dois igarapés da região (Juá Grande e Ubim), o que sugere uma possível reocupação destas áreas.

O Projeto busca, além de obter dados para a pesquisa, a desmistificação de que a ariranha é um animal agressivo. Isto só se tornou possível devido à inclusão de moradores locais em todas as saídas de campo, sendo que agora antigos caçadores nos auxiliam na conservação da espécie. Recentemente um visitante “desavisado” de uma das comunidades, tentou matar uma ariranha enquanto pescava no igarapé. Ao retornar à comunidade e relatar o fato, foi advertido pelos moradores. Essa atitude simples, mas de grande impacto demonstrado pelos moradores, mostra o quão importante é a relação “pesquisa-população local”.

Espera-se nos próximos meses levantar maiores informações à respeito das “onças d’água do Amanã”, contribuindo assim para a conservação da espécie.

Os outros cargos foram ocupados por Mateus Guedes e Manuel Belmiro (secretários), José Bezerra e Alcione Meirelles (tesoureiros) e Marcos Cardoso, Aluizio Alves e Frank Swel (conselheiros).

“Acredito que através da educação ambiental e da execução do Plano de Manejo, conseguiremos conciliar a exploração dos recursos naturais com a conservação do meio ambiente na Reserva Mamirauá”, afirmou o presidente eleito, Israel Silva.

Além da associação, assuntos como a organização comunitária, os programas de manejo e a sustentabilidade das atividades de fiscalização foram debatidos pelos participantes divididos em grupos. Oficinas foram realizadas e cada grupo apresentou

suas conclusões sobre os temas em questão. A busca de parcerias com as prefeituras de Uarini, Maraã, Alvarães e Fonte Boa — municípios dos quais faz parte a Reserva Mamirauá — foi uma das sugestões dadas pelo Coordenador de Fiscalização do IDSIM, Paulo Roberto e Souza. “Eu penso que os comunitários devem se unir e, ao invés de pedir ajuda aos políticos durante as épocas de eleição, eles deveriam apresentar propostas concretas nas quais ofereceriam seus produtos, como o peixe e a farinha, para abastecer as escolas e hospitais destes municípios e, em troca, receberiam combustível e outros apoios para realizar a fiscalização de suas áreas”, disse Paulo Sousa, do IDSIM.



Foto dos participantes da VIII AG de Mamirauá.